

A organicidade da flexibilização: representações, discursos e memórias no âmbito do trabalho

Roney Gusmão do Carmo

Doutor em “Memória: linguagem e sociedade” pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor Adjunto do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Endereço postal: Rua dos Radialistas, 181, apt. 805, Edifício André Guimarães.
Bairro: Pituba. CEP: 41810650 Salvador–BA.

Endereço eletrônico: roney@ufrb.edu.br

Ana Elizabeth Santos Alves

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) e do Programa de Pós-graduação strictu sensu em “Memória: linguagem e sociedade” da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

INTRODUÇÃO

Este texto é um produto decorrente de pesquisas que desenvolvemos no curso de doutorado acerca da dinâmica socioeconômica perceptível nas últimas décadas no município de Vitória da Conquista, Bahia. Embora as transformações tenham sido impressas no espaço geográfico local, entender sua lógica requereu transcender a obviedade material do fenômeno, inscrevendo-o dialeticamente nos meandros do contexto histórico que o contornou.

Nesse sentido, o trabalho foi construído a partir do entendimento de que cada fenômeno visível no recorte empírico da

pesquisa aqui relatada está, sobretudo, ancorado num movimento dialético amplo, sem prescindir, é claro, das conexões estabelecidas entre o mais elementar cotidiano das pessoas dentro do espaço estudado e o tempo histórico que percorre a existência social. Assim sendo, o percurso metodológico aqui tratado se apoiou na dialética como pressuposto para entendimento da relação complexa entre as partes e o todo, bem como para entendimento da história em seu movimento orgânico, cujas ramificações aportam na vida comum dos sujeitos e permite entender a imbricação que liga cada homem e cada mulher ao seu tempo.

Para estruturar tal estudo, o presente trabalho se apoiou em fontes documentais, como recortes de jornais, fotografias antigas da cidade, e entrevistas com autoridades locais, além de entrevistas e questionários aplicados junto a pessoas capazes de contribuir para melhor interpretar o objeto que aqui se pretendeu compor. Os sujeitos de pesquisa foram abordados através das seguintes técnicas: aplicamos questionários a 50 comerciários de diversos ramos de atuação na cidade; entrevistas semiestruturadas a 12 comerciários atuantes em lojas do varejo, com maior variedade possível de sexo e idade; entrevistas semiestruturadas a 4 comerciantes e 4 ex-comerciantes locais. Através desses sujeitos da pesquisa, objetivamos compreender a forma como as transformações econômicas que aportaram a realidade local no início do século XXI afetaram as representações e percepções dessas pessoas. Ao mesmo tempo em que objetivamos entender as mudanças, intentamos também interpretar elementos da memória que possibilitaram conectar o presente à trajetória de vida desses sujeitos e ao contexto sociohistórico ao qual pertencem.

Ademais, o conjunto de caminhos metodológicos aqui adotado possibilitou traçar um recorte temporal e espacial, capaz de fornecer pistas ao entendimento das (re)configurações na economia local, em consonância com a dinâmica capitalista global. Além disso, tais transformações se materializaram no espaço de vivência dessas pessoas, escancarado na remontagem do cenário urbano, também se convertendo em subjetivação, interpenetrando representações, simbologias, sentidos de filiação e identidades desses sujeitos. Desta feita, falamos de mudanças concretas, e também salientamos que essa dinâmica adentrou o mundo de significados, interpenetrando nas trajetórias de pessoas comuns, que inevitavelmente foram impactadas em seu cotidiano com mudanças tão profundas.

Desse modo, apoiados em um determinado marco teórico, nos ocupamos do fenômeno da acumulação flexível, entendido como reincremento na esfera produtiva capitalista dentro de um contexto de instabilidade

econômica e raquítico crescimento. Assim sendo, a flexibilidade se traduz como estratégia de perpetuação do capital em contextos históricos que requeriam uma produção mais leve e adaptável às turbulências oscilantes do sistema. Esta realidade não ficou retida em um único setor da economia, muito menos se restringiu a países de economia central; ao contrário, em distintas temporalidades e com certas peculiaridades, a flexibilidade atingiu proporção epidêmica, introduzindo “novos” critérios de sobrevivência no cenário econômico, alterando vínculos de trabalho e “remoldando” aspectos múltiplos da economia (CHESNAIS, 1996).

Tão logo, os Estados passam a ser acionados, consentindo com uma política neoliberal e anuindo mecanismos de exploração extrema da mão-de-obra. Tal realidade foi anunciada em meados do século XX, mas foi nos anos 1990 que a ação predatória do capital em países de economia periférica, como o Brasil, reestruturou a produção, agora regida por instrumentos sofisticados de tecnologias e formas de controle social “mais adequadas” ao projeto burguês de sociedade para o início do século XXI. A flexibilização, portanto, foi estratégia de sustentação hegemônica do capital, com uso de instrumentos subjetivos para disseminação de condutas ideológicas atreladas à necessidade eminente de fazer circular mercadorias e subsunção da prática social ao nexa da acumulação (ALVES, 2011).

A DIALÉTICA DO RECORTE EMPÍRICO

A partir do ano 2000, Vitória da Conquista, hoje com 310 mil habitantes, teve sua configuração econômica profundamente alterada pela propagação de empreendimentos varejistas franquizados a redes nacionais e internacionais. Quase simultaneamente, lojas populares aqui chegaram, modificando radicalmente o cenário municipal, tanto porque imprimiu uma silhueta mais metropolitana ao espaço geográfico, como porque provocou o acirramento da concorrência, acentuando a exclusão de empreendedores locais.

Com base nas informações obtidas nesta pesquisa, podemos afirmar que a dinâmica capitalista, insinuada pelo contexto de reestruturação produtiva, afetou, intimamente, aquele cenário econômico, redundando num processo acelerado de reconversões sociais, econômicas e políticas, nítidas tanto no desenho espacial urbano como no cotidiano dos sujeitos.

Embora o discurso posto na estrutura política do capitalismo flexível aponte para maior democratização do consumo e conseqüente melhoria da qualidade de vida geral, na prática tem escamoteado os efeitos mais perversos dos novos paradigmas de acumulação. A permissividade dos governos

tem gerado um processo desenfreado de expansão das transnacionais, obrigando microempreendedores a recuarem em seus espaços de atuação, cuja identidade parece estar sendo golpeada por uma transnacionalização que massifica signos de consumo muito mais equalizados a tendências fugazes do mercado global. O posicionamento saudosista dos comerciantes entrevistados demonstrou uma sensação de não reconhecimento daquele comércio de outrora, cuja dinâmica parecia tão previsível. Hoje, para aqueles que insistem no comércio, o cenário se demonstra hostil, dilacerado por um estrangeirismo cosmopolita violento por seu poder de persuasão e exclusão.

A realidade antagonica de expansão e exclusão, crescimento e degradação, sofisticação e abandono parece coexistir num cenário onde o “novo” e o “velho”, o arrojado e o defasado se hostilizam na tentativa de prevalência num contexto de disputa acirrada. A acumulação flexível, como se supunha, acentuou a contradição local, impondo uma “permissividade” econômica – base do Estado neoliberal – capaz de favorecer os grandes conglomerados transnacionais, cujo crescimento se dá pela polarização do consumo e bancarrota dos microempreendimentos, hoje higienizados.

Os comerciantes locais, em grande parte, ainda insistem no negócio que possuem, mas demonstram-se paralisados pelo pessimismo. Estão cientes de que o novo cenário econômico requer investimentos amplos na fachada do estabelecimento, no *marketing* da empresa, na redução da margem de lucros para dar conta da concorrência; porém, são impelidos pela prudência decorrente de suas limitações econômicas. As taxas de juros embutidas nos empréstimos, além da elevação exorbitante do aluguel, e das incertezas com um mercado consumidor cada vez mais fugidio impedem que os comerciantes almejem ter muito além do que hoje possuem.

Nesse contexto, a memória dos lojistas é perpassada por um saudosismo de outro cenário, desenhado por condições concretas muito distintas das que hoje percebemos e muito mais propícias à sobrevivência e criação de perspectivas. Por essa razão, os anos 1970 e 1980¹ são apontados, em outros termos, como épocas em que os sonhos ainda subsistiam.

Por meio dessa análise, foi possível detectar que as representações dos entrevistados se equalizam às condições materiais de existência que, por efeito, se remodelaram no transcurso do tempo. Falar sobre ter um “negócio próprio”, hoje, é falar num tom de descrédito, ao passo que, remeter para os “tempos áureos do comércio conquistense”, implica uma nostalgia muito atrelada às possibilidades de ascensões significativas do que, até então, não necessitava da nomenclatura “local”.

De todo modo, tem-se observado uma invasão de “estrangeirismos” nas placas, fachadas e *outdoors* que se erigem, autoritariamente, no espaço urbano local. Tal fato decorre de um processo expansionista do capital que aportou em Vitória da Conquista nesse início de século. Ao esgotar determinados nichos do consumo, o expansionismo se torna condição para perpetuação da circulação de mercadorias, sendo, então, necessário arrebataram representações e fetiches aos signos “sofisticados” do consumo de massa. Assim, a chegada quase simultânea de *Mac Donald's*, *C & A* e *Subway*, por exemplo, é acompanhada por um meticuloso trabalho ideológico que invade representações e gera uma sensação consensual de “evolução” mercadológica.

Não queremos adensar discussões acerca da pertinência ou não de franquias como essas para a vida social dos sujeitos, mas cabe compreender que toda edificação de macro estruturas econômicas é acompanhada por subjetivações e, conseqüentemente, por ideologias que insinuam condutas, exalando convenções éticas e estéticas.

IDENTIDADES CORROÍDAS

Havia um sutil desconforto implícito nas narrativas dos “mais velhos”. Sejam os comerciantes ou comerciários; apenas aqueles que passaram dos 35 anos pareciam expectadores assombrados com o que presenciavam. Esses sujeitos de mais idade não se sentiam protagonizando a cena, assistindo ao desmonte de uma cidade que outrora lhes “pertenceu”, pela amputação do “atraso” e erguimento do “arrojado”.

Essa sensação agonizante se manteve nítida no diálogo com os entrevistados “mais velhos”. O desconforto foi motivado por uma perda de controle e autoridade sobre o tempo presente, num recolhimento à própria obsolescência. Para eles, a novidade conferida aos novos modelos de gestão e às tendências estrangeiras que orientam o perfil do consumo local chega a ser sufocante para emitir opiniões. Vez ou outra surgiam observações do tipo:

- Hoje, tudo mudou, não sei se posso ajudar”;
- “Não se pensa atualmente como na minha época”;
- “Dentro do possível, eu te respondo, mas não sei se na minha idade ainda posso falar sobre isso”; ou
- “Se quiser, eu te apresento meu filho, ele está mais por dentro disso que você quer saber.

Esse desconforto em versar sobre as transformações vivenciadas pela economia local se justifica porque as rupturas foram bruscas e invasivas, à medida que impuseram a novidade de modo muito mais rápido do que se pôde acompanhar. De repente, aquela antiga loja do Centro foi demolida, cedendo espaço ao gigantismo de uma rede recém-chegada; em seguida, a fachada de uma lojinha foi sendo alterada e ganhou um novo nome e uma nova roupagem e, finalmente, a mídia anunciava a novidade e a população, uníssona, acatava. Como externar saudosismo quando há consenso de que agora tudo mudou, e mudou pra melhor?

Para avigorar esta análise, é útil insistir na ideia de que as mudanças impostas pela acumulação flexível são, também, impressas no espaço geográfico, tornando-se imponentes pela megaestrutura montada na malha urbana. A altivez da economia capitalista hostiliza a simplicidade, principalmente porque tem sido polarizada por megaempreendimentos capazes de estabelecer padrões de gestão que penetram os mais remotos espaços do globo. Nesse sentido, a imponência do capital transnacional se sobressai de tal forma no espaço, que constringe qualquer forma de espontaneidade, tanto pela impiedosa concorrência, como também pela ideologia que “recolhe” o simplório à marginalidade da economia. Na magnitude desse fenômeno, os “mais velhos” se notam ultrapassados, veem-se presos a um passado “insignificante” e descolados da complexidade do mundo “moderno”.

A imposição espacial do “novo” capitalismo ocorre mediante a espetacularização do consumo, em sintonia com tendências globais que se metamorfoseiam numa velocidade perturbadora, tornando-se indigesta para aqueles que são fruto de outra época. Os comerciantes e ex-comerciantes entrevistados confirmaram tal fato:

- (...) sou de uma época em que o freguês era chamado pelo nome (Marli Miranda, comerciante);
- (...) eu apostava no comércio porque, tanto o governo, como a população, valorizava o que era da terra (Novais, ex-comerciante);
- (...) se eu não tivesse investido na loja, teria ficado de fora... Observe a fachada dessas lojas novas: são grandes, tomam quarteirões inteiros e dão impressão de credibilidade (Amorim, comerciante).

Essa espetacularização do capitalismo, imposta hostilmente no espaço, afetou todos os ramos comerciais: lojas de material de construção hoje contrastam com franquias de gigantismo avassalador; lanchonetes se comprimem em meio a *fast-foods*; lojas de confecções se acomodam, modes-

tamente, entre famosas redes do varejo como Renner ou Riachuelo. Assim sendo, a espacialidade do referido fenômeno monta uma “nova” cidade, cuja sofisticação é antítese de toda a carga afetiva inerente à “velha” Vitória da Conquista. Destarte, ser “velho” nesse contexto de transformações é “estar por fora desse ‘mundão’ moderno que chegou aqui” (palavras de Mauro, empregado de 38 anos). O “mundão” a que Mauro se refere é, certamente, aquele, fruto de um processo acentuado de globalização expresso, por exemplo, na mundialização das contradições capitalistas e numa estandardização cada vez maior das “manias” de consumo, com implacável agravamento da desigualdade. O “mundão” que finalmente “chegou aqui” é o ápice da interconexão entre local e global, com eclosão de desarmonias que “desfiliam” sentimentos e ruem identidades; é, também, o projeto da globalização para Vitória da Conquista, agora sim, “mundializada”, esvaziada.

Além disso, os “velhos” não conseguem reconhecer suas histórias pessoais naquele espaço e não se percebem como extensão da engenharia local; ao contrário, recolhem-se e não se atrevem a falar de uma Vitória da Conquista desconfigurada, pois, se assim o fazem, tornam-se petulantes: “agora é o tempo dessa turma mais nova pegar no batente; minha época já foi” (Novais, ex-comerciante).

É útil acrescentar que todos os comerciantes entrevistados sentiam a necessidade de informar como era o espaço urbano nos seus tempos; assim, sempre estavam desenhando com gestos ou apontando para explicar como se organizava a cidade. Em suas palavras, havia uma nostalgia latente, principalmente porque as transformações espaciais foram acompanhadas por um processo severo de exclusão e desfiliação através dos novos traçados urbanos. Paulatinamente, a cidade foi se transformando e, para os entrevistados, é impossível falar dessas mudanças sem a carga emocional que elas explicitam. Assim, a imposição do “novo” capitalismo flexível se caracteriza como onda de transformação para os “mais novos”; mas, aos “mais velhos”, ela assusta, principalmente pela corrosão das identidades que, substituídas por adesões artificiais e arbitrárias aos novos valores de consumo, são comprimidas pela avalanche de apelos à “modernidade”²⁷.

O capital encontrou, portanto, na mundialização a oportunidade de dilaceramento das filiações locais, pois, sempre que elas se opõem aos ditames da acumulação, há que equalizá-las aos imperativos do consumo e da subsunção à ideologia da flexibilidade. Tal fato constata o afirmado por Lukács (1992, p. 125) que percebe a sociedade capitalista sob “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe ao indivíduo”.

Dessa forma, o poder penetrante do trabalho ideológico advindo da flexibilidade gera fissuras no senso de identidade, tanto porque reestrutura o espaço onde a filiação se apoiaria, como também porque afeta a subjetividade com apelos à “novidade” que arbitrariamente aportou nos mais longínquos espaços.

Nesta análise, recorreremos a Stuart Hall para entendermos melhor o conceito de identidade nesse contexto de transitoriedade em que vivemos. O autor compreende identidade como um mecanismo que costura o sujeito à estrutura, preenchendo o espaço entre o mundo interno ao sujeito e o mundo público, o que estabelece um movimento entre o que “projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 2006, p. 11-12). Mas, e quando a estrutura material, os valores, bem como os sentimentos foram alterados por uma parafernália apelidada de “modernidade”? Em que se apoiaria a identidade? As memórias não seriam suficientes para exercer essa função de apego ao espaço local?

Estudando o campo interdisciplinar da memória social, Sá observa que existem vários subtipos de memória. E, para ele, essa tipologia não é estanque; ao contrário, memórias fundem-se aleatoriamente no cotidiano das sociedades, podendo ser acionadas reciprocamente por usos informais do passado. Entre os tipos indicados pelo autor, estão as memórias públicas que, segundo o ele, é “onde proliferam os chamados ‘usos públicos da história’, onde são esgrimidos os argumentos opostos do ‘dever de memória’ e da ‘necessidade de esquecimento’, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa.” (SÁ, 2007, p. 294).

Entrecruzando-se os conceitos de identidade e memórias públicas, ressalta-se que a relação entre trajetórias pessoais de vida e usos públicos da memória é marcada por conflitos. Isso porque no ato de externar memórias e inscrevê-las no coletivo intercalam-se relações de identificação e estranhamento. É na articulação das dimensões individual e pública, que afinidades e dessemelhanças coexistem; que esgrimam interesses conflitivos e se estabelecem disputas por significados, e, também, ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

Assim, as identidades arrastadas pelas memórias dos “mais velhos” encontram embates de forças poderosas, quando externadas, o que intimida o resgate de um passado hoje aviltado por sua obsolescência. Por esta razão,

entrevistados de mais idade depreciavam muito sutilmente seu próprio discurso, tentavam suavizar o estranhamento provocado pela “modernidade”, e, no fim, assumiam sua inaptidão para a fruição do futuro: “(...) esse novo comércio aí é para os jovens, porque eles, sim, têm espírito corajoso; eu, como sou de outra época...” (Júlio, comerciário, 35 anos).

O TRABALHO NO ÂMBITO DA FLEXIBILIDADE

Numa clássica comparação, Marx afirma: “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, 1996, p. 298). Essa elaboração mental do trabalho, antes de executá-lo, segundo Hall (2006), nada mais é do que uma “construção conceitual” do objeto que, em seguida, será construído no mundo material. O autor, então, conclui que “o ‘econômico’ não poderia funcionar nem teria efeitos reais sem a ‘cultura’ ou fora dos significados e dos discursos” (HALL, 2006, p. 25). Insistimos na ideia de que a “arquitetura do capital” perpassa também subjetivações sincronizadas à materialidade da estrutura econômica que, inevitavelmente, redundam em representações que compõem o mundo de significados.

O trabalho, portanto, é também construção de valores e sistematização de sentidos, dialeticamente vinculados ao sistema capitalista. Assim, a afirmação de que a flexibilidade do regime é também subjetivação fica comprovada no discurso dos trabalhadores entrevistados que, na sua maioria, demonstram ter incorporado a cartilha do modelo japonês³, que reverberou nas formas de gestão pelo Brasil, principalmente depois dos anos 1990.

Nesta pesquisa, constatamos que os trabalhadores entrevistados não esboçam uma consciência sistematizada dos efeitos da flexibilidade sobre suas formas de pensar; porém, ao compararem seu cotidiano com o narrado pelos “mais velhos”, põem-se diante da constatação de que algo dinamizou o mundo do trabalho. Antônio – empregado do comércio, hoje com 31 anos de idade – acompanhou um processo severo de mudanças na loja de eletrodomésticos onde trabalha desde os anos 1990. Segundo ele, “ou mudávamos, ou falíamos”. Na sua fala, não é raro Antônio inserir-se no processo, tomando-o como desafio próprio, fato que inspira o uso de expressões como: “éramos felizes”, “participamos da construção dessa cidade”, “somos importantes para o povo conquistense”, “queremos atender bem o cliente”. O emprego do verbo na primeira pessoa do plural é fruto de um trabalho ideológico extremamente articulado que gerou um engajamento dos empregados numa espécie de defesa do ideal da empresa.

O mesmo se observa entre os demais trabalhadores investigados, principalmente aqueles de faixa etária abaixo dos 35 anos, que raramente falam da empresa sem assumirem os desafios como pessoalmente seus. Felipe, 19 anos, diz que “precisamos fazer nosso melhor para combater nossos concorrentes”; André, 22 anos, entende que “se não tratarmos bem nosso cliente, perdemos para a concorrência”; Márcia, 29 anos, enfatiza: “ou melhoramos sempre ou perdemos espaço no comércio”.

“Nossos concorrentes”, “nosso cliente”, “nosso espaço no comércio”, eis o que chamamos de engajamento. Simultaneamente, os trabalhadores se inserem no ideário da empresa e tratam da sua vinculação sindical como obrigatoriedade; assim, para eles, esta nada mais é do que uma precaução inerente à formalidade do emprego. Ou seja, o sindicato, no discurso dos trabalhadores, é visto como um elemento distante, dissociado do “nós” que acompanha a retórica sobre a empresa. Observe-se que, ao se capturar a subjetividade do trabalhador pelas táticas de persuasão dos treinamentos articulados ao modelo japonês, criou-se uma afinidade dissimulada dos trabalhadores com a empresa, ao passo que a vinculação sindical se tornou mera formalidade.

Evidentemente, o modelo japonês está longe de definir o que é a acumulação flexível; todavia, o seu ideário repercutiu em formas de treinamento ao redor do mundo, propondo um engajamento do coletivo de trabalhadores na causa da empresa, o que ilustra o projeto da flexibilidade para o capitalismo globalizado. Através do uso de contos, provérbios, ditos populares e comparações com competições esportivas e com relações familiares harmônicas, procurava-se adentrar a subjetividade dos empregados e instaurar o ideário da “família Toyota” (ALVES, 2011). Nesse ideário, ser trabalhador passou a ser uma questão de honra e subjugação consentida com a exploração, aqui concebida como parte natural das relações de trabalho; nesse universo relacional, qualquer forma de rebeldia é constrangedora (BARBOSA, 2011).

É nesse contexto que se torna possível mencionar o agravamento da cisão entre o trabalhador e sua filiação sindical como fruto de uma longa persuasão exercida pela acumulação flexível, que abocanhou o mundo de significados desses sujeitos, agora enrijecidos segundo o nexos discursivo da empresa. Isto não quer dizer, no entanto, que a situação gerada, nesse processo, seja harmoniosa; afinal, a significação do emprego para essas pessoas é marcada por conflitos constantes.

Ao mesmo tempo em que os empregados assumem os desafios da empresa como seus, eles também exaurem suas forças pelo trabalho. Essa

subsunção, portanto, é vista de modo paradoxal, entre identidade e fadiga, pois, mesmo pondo-se dentro do ideário da empresa, a sensação de exploração é lançada à face dos sujeitos, à medida que sentem a fragilidade dos vínculos trabalhistas. Sandra, 27 anos, reconhece: “se eu não cumprir metas de comissões, não fico mais aqui”; André, 22 anos, assume: “tem de trabalhar demais, senão fica mal falado e acaba tendo de sair”; segundo Maria, 25 anos, “a parte negativa do meu trabalho é essa: concorrência demais entre os colegas, porque todos querem continuar na empresa, ninguém quer ser demitido”.

Assim, torna-se difícil interpretar o sentimento ambivalente que transparece na fala dos trabalhadores; isso porque o seu engajamento no ideário da empresa não sufocou o sentimento de exclusão; e, no sentido contrário, a sensação de subordinação não neutralizou a sensação de pertencimento coletivo à empresa. Por mais ambíguo que possa parecer, repulsa e identidade coexistem na relação do trabalhador com seu espaço de trabalho. Esses sentimentos não se alternam; eles coexistem, tornando o estudo que propomos muito mais complexo e menos tangível do que se imaginava.

Além disso, a memória desses sujeitos não faz sobrepor os sentimentos dicotômicos que mencionamos no parágrafo anterior; ao contrário, ela pereniza ambos: de um lado, os sujeitos reconhecem pertencer à classe trabalhadora, sujeita à exploração e, de outro, negam tal pertencimento, à medida que incorporam o ideal empreendedor do sistema e se dispõem a “vestir a camisa da empresa⁴”. A memória autentica ambos os sentimentos, pois traz à tona vivências do passado que evocam tanto a sensação de unidade e luta coletiva da classe trabalhadora, como também movem o engajamento aos ideais da empresa, fortemente implantados pelo modelo japonês, no decorrer dos anos 1990.

CONSUMO: A SUBLIMAÇÃO DO DESEJO NO PERÍODO DE ÓCIO

Não por acaso, os antigos espaços da vida social existentes em Vitória da Conquista nas décadas de 1980 e 1990 foram cuidadosamente substituídos pela sofisticação dos *shopping-centers*, praças de alimentação ou restaurantes franqueados a redes internacionais. Os antigos bares, casas de *shows* e praças foram sendo abolidos pela população que hoje prioriza os ambientes climatizados, com oferta de *internet wi-fi* e os conceitos impregnados no ambiente da loja, agora articulados a tendências globais⁵.

Também não é coincidência que o cinema de Vitória da Conquista, seguindo uma convergência internacional, se localize num *shopping-center*,

espaço onde se criam fetiches e consomem-se “objetos de desejo”. Agora, a cidade se equalizou ao conceito global de conduta capitalista e o consumo se evidencia como sublimação da frustração que abate o trabalhador no seu cotidiano de trabalho.

O ócio, portanto, é a oportunidade para sublimar os desejos recalçados no decorrer da semana através da efetivação do consumo. Pelas palavras dos entrevistados, essas ideias foram constatadas, pois, elencando os hábitos de entretenimento nas horas vagas, o único costume que não toca consumo é a prática de esportes de rua. No mais, toda rotina dos sujeitos no período de ócio envolve: compras, *internet*, cinema, *shopping* ou TV. É necessário compreender que todos esses hábitos de entretenimento são carregados de apelos ao consumo, com tamanha precisão que atingem diretamente os desejos dos expectadores e preenchem facilmente a totalidade do tempo livre.

Nas falas, o consumo aparece como o ápice da existência do homem moderno; é a mola propulsora do trabalho e a causa do “aburguesamento” das concepções de muitos trabalhadores:

- Hoje, posso financiar meu carro; no passado, meus pais nunca puderam ter um (André, 22 anos);
- Tem exploração, é verdade, mas tem muita gente preguiçosa que não quer é trabalhar (Maria, 25 anos);
- Sim, a vida está difícil, mas só reclama quem não gosta de trabalhar. Eu mesmo, já tenho minha independência, tenho minha moto, pago faculdade e já sou alguém nessa vida (Mateus, 23 anos).

Não são raros os comentários nesse tom, em que o individualismo impera e a “coisa” se sobrepõe ao humano. Nesse sentido, o tempo livre se tornou o meio de absorção do ideário capitalista, que insiste em criar referências em uma classe externa ao sujeito, situada, inclusive, num patamar inatingível, mas capaz de seduzir. Desse modo, o raciocínio do indivíduo é: “Posso ser membro da classe trabalhadora e não me identificar com ela; posso também ser subalternizado, mas demonstrar uma consciência absorta diante desta situação”. Trata-se do que Löwy (2006) entende por “consciência empírica”; ou seja, não aquela imputada ao sujeito apenas por seu suposto pertencimento ao grupo, mas aquela que ele deliberou introjetar.

Os fragmentos transcritos em parágrafo anterior são extraídos dos relatos de trabalhadores; entretanto, poderiam facilmente ser confundidos com palavras do pequeno burguês local. Os meandros dessas narrativas implicam uma sutil adesão à ótica burguesa, que responsabiliza os trabalhadores pela condição de exclusão e insinua o consumo como a causa da

dissolução dos problemas vivenciados pela classe trabalhadora “de outrora”. Logo, nessa ideia não haveria lugar para se pensar em mobilização sindical, e a filiação à entidade de classe não passaria de mera “precaução” formal, mediante eventual não cumprimento de direitos trabalhistas. Como já dissemos, nessa ótica, a adesão sindical expressaria mais uma formalidade do que uma autêntica filiação.

CONCLUSÃO

O fenômeno da acumulação flexível possui hoje dimensões planetárias, aportando no cotidiano de pessoas comuns, nos mais variados âmbitos sociais. Assim, se percebe que a forma como as pessoas representam esse fenômeno perpassa experiências pessoais de vida, sendo impossível dissociar representações da biografia peculiar a cada sujeito. Por isso, os comerciantes – tragados pela concorrência predatória das franquias internacionais – lamentam as mudanças econômicas; ao passo que os comerciários mais jovens, diante dos desafios postos, conformam-se com a superfície do fenômeno, manifestando certo otimismo com as mudanças espaciais da cidade.

O século XXI parece ter erigido uma “nova” Vitória da Conquista, agora muito mais austera para quem pretende adentrar a arena concorrencial do comércio, mas também inspirando o eufórico deslumbre do crescimento econômico calcado na exclusão social. A pujança econômica se imprimiu imponentemente no espaço, conferindo um ar metropolitano à cidade e, ao mesmo tempo, corroendo identidades locais e sabotando oportunidades de permanência na cena comercial.

Desse modo, a análise de expressões do “novo” capitalismo flexível carece de investigações que transcendam a fetichismo da pujança econômica. A sensação de cosmopolitismo, erigida na configuração espacial urbana, pode omitir a truculência desse sistema que escamoteia os resultados mais nefastos do capitalismo, que vão desde a exclusão social, até a bancarrota de microempresários expulsos das novas prerrogativas do consumo. Embora saibamos que os discursos emitidos pelas pessoas muito se relacionam ao lugar que elas ocupam, entendemos que existe um “trabalho ideológico”, na dinâmica da estrutura da economia neoliberal, para capturar a subjetividade dos sujeitos em seus distintos *lócus*, equalizando opiniões ao projeto burguês de sociedade. Isto se processa mediante a introdução de signos e valores arbitrários no cotidiano das pessoas, implantados através de um consentimento generalizado, realidade esta que permite compreender a sutileza e o cinismo como rótulos das “novas” formas de exploração.

NOTAS

1 Não raro, os anos 1980 são interpretados como período de estagnação econômica para o Brasil; todavia é interessante lembrar que a história apresenta nuances e as experiências pessoais frequentemente distam de generalizações. Na ótica dos ex-comerciantes entrevistados, por exemplo, apesar da inflação galopante e de toda a crise, o comércio local ainda era promissor para pequenos investidores.

2 Não queremos adentrar as discussões epistemológicas que envolvem o termo “modernidade”, tratado por Harvey (1993). Utilizamos o vocábulo, grafado entre aspas, para expressar o momento atual e toda a fetichização que envolve os discursos em torno das transformações na estrutura econômica global.

3 O modelo japonês, também conhecido como Toyotismo, foi um sistema de organização que surgiu como contraponto do fordismo. Tal modelo não sintetiza todo o processo de acumulação flexível; porém, apenas o ilustra pela sua arquitetura produtiva e ideológica totalmente sincronizada à ideia de flexibilidade da economia.

4 Expressão utilizada por trabalhadores quando se reportam à conduta esperada por um empregado no trabalho.

5 Como parte do trabalho de campo, também realizamos observações, através de visitas a diversos ramos do comércio e muitos nichos de consumo no município. Assim, constatamos nítida preocupação de lojistas em seguir tendências globais, o que aparecia, por exemplo, no tipo de mercadoria enfatizada na vitrine, na arrumação de prateleiras, no fardamento ou na conduta dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 19, número 38. Curitiba, mar. 2011, p. 30-49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a08.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2013.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: fundamentos para uma análise marxista*. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

LUCÁKS, G. Sociologia. In: NETTO, J. P. *Sociologia: Lukács*. São Paulo: Ática, 1992.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SÁ, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**. Vol. 20, número. 002. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 290-295.

Palavras-chave:

**acumulação flexível,
capitalismo, representações,
trabalho.**

Resumo

O texto se empenha em compreender a forma como o “novo” capitalismo flexível adentrou o cotidiano das pessoas, inspirando distintas interpretações do fenômeno. Embora este ilustre um momento histórico do sistema capitalista e seja marcado por reconversões na estrutura econômica, seu alastramento tem ocorrido também através de artifícios ideológicos, cuja arquitetura tem capturado a subjetividade dos sujeitos e provocado um engajamento coletivo. Assim, para falar de novas formas de resistências às correntes estratégias de dominação, há que se reconhecer os novos artifícios de perpetuação do capital.

Keywords

**flexible accumulation,
capitalism, representations,
work.**

Abstract

This text strives to understand how the “new” flexible capitalism entered the daily life of people, inspiring distinct interpretations of this phenomenon. Although this illustrates a historical moment of the capitalist system marked by conversions in the economic structure, its spread has occurred also through ideological artifices, whose architecture has stepped into the subjectivity of the subjects and caused a collective engagement. Thus, to talk about new forms of resistance to current strategies of domination, we must recognize the new devices perpetuation of capital.

Recebido para publicação em agosto/2014. Aceito em março/2015.
